

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DA INDEPENDÊNCIA A PRIMEIRA REPÚBLICA.

Dandara Silva Matos¹

Resumo

Na segunda metade do século XX os povos africanos intensificaram a luta contra o colonialismo e pela independência. As lutas foram intensas e do final da década de 1950 até o final de 1970 quase todo o Continente tinha ascendido à independência. Pelas guerras, guerrilhas e pela “via pacífica”, cada território foi concretizando o objetivo. O presente artigo analisa o processo de independência de São Tomé e Príncipe e os primeiros passos da República.

Palavras-chave: Guerra Anticolonial. São Tomé e Príncipe. Independência. Pós independência.

Recebido em 22 de outubro de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

¹ Mestre em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa (2018). Correio eletrônico: dandara.matos@hotmail.com.

Introdução

Os anos 50 marcaram o início das inquietações nos territórios africanos sob o domínio português, começando a existir uma intensa movimentação contra o regime, incentivados, principalmente, pela luta anticolonial no restante do continente. Nos santomenses que estavam no exílio, por causa da ditadura salazarista, foi surgindo uma corrente nacionalista que resultou na criação do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe. Esta organização fomentou o desejo pela independência das ilhas.²

A década de 1960 foi um período de intensificação da luta anticolonial africana. Num ambiente internacional favorável, o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe - CLSTP passou a movimentar a discussão no cenário internacional sobre a situação de São Tomé e Príncipe. Este comitê foi constituído em São Tomé e Príncipe, em setembro de 1960, por um grupo de nacionalistas que se encontravam de férias na ilha de São Tomé, inspirados em organizações anticoloniais de Moçambique, Angola e Guiné Bissau.³

Num primeiro momento, o CLSTP instalou-se em Conakri, na Guiné⁴. Em 1961, Miguel Trovoada, líder do CLSTP, e Carlos Graça, convidado por Trovoada para participar no comitê, mudaram a sede para Libreville, capital do Gabão⁵, e foi lá que manteve a sede do CLSTP até 1965, pois o Gabão já era independente e o presidente aceitava o seu funcionamento. Em 1961, na Conferência das organizações nacionalistas das colônias portuguesas, o CLSTP foi reconhecido pelos outros movimentos como representante das ilhas de São Tomé e Príncipe na luta anticolonial. Em 1962, em Nova Iorque, Miguel Trovoada participou na XVII sessão ordinária da Assembleia da ONU, conseguindo o título e o reconhecimento como porta voz do povo santomense, através do CLSTP.⁶

No seu programa inicial, o Comitê “exigia a abolição de todos os privilégios dos brancos, o estabelecimento de um regime republicano, democrático, secular, anticolonial e anti-imperialista, assim como a proibição de trabalho forçado [...]”.⁷ Além desses pontos inegociáveis, o Comitê abordava as questões econômicas, como a reforma

²² SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja 2002, p. 92-94.

³ *Ibidem*.

⁴ SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja 2002, p. 96.

⁵ GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. p. 38.

⁶ *Idem*, 39.

⁷ SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002, p. 94.

agrária, e em termos de política externa, defendia uma relação de unidade africana com os outros países do Continente.

A polêmica na história anticolonial de São Tomé e Príncipe alude à falta de luta armada no território. A justificativa dos nacionalistas santomenses refere-se a caracterização geográfica do território, que não permitia a instalação de guerrilha nas ilhas. Gerhard Seibert advoga que, além da questão geográfica, a presença da Polícia Internacional e de Defesa do Estado - PIDE nas ilhas não permitiam movimentações políticas internas. Os que refutam essa versão, como historiador Augusto Nascimento, afirmam que até 25 de abril de 1974 os povos nas ilhas não faziam ideia de qualquer movimentação política e anticolonial.

Carlos Graça afirma que tirando uma pequena quantidade de santomenses, o conhecimento sobre a “evolução política da África” naquele contexto era nulo, graças ao regime ditatorial português instalado no território. Porém não se pode desconsiderar o trabalho que o CLSTP realizou nas ilhas, como a distribuição de textos políticos e os contatos internos com os nacionalistas que não estavam no exílio. Graça alega que a própria PIDE fez vários relatórios sobre as ações da organização, evidenciando a importância do grupo e o quanto incomodava o regime.

Mesmo havendo relatórios da PIDE sobre o Comitê, as inexpressivas ações e o pouco impacto nas ilhas eram citados pela polícia. Segundo Nascimento, a população via com desconfiança o grupo, pois mesmo com o reconhecimento internacional e o título de representante de São Tomé e Príncipe, não conseguiam levantar os santomenses contra o regime. Numa entrevista, Tomás de Medeiros⁸ afirmou: “São Tomé foi independente não por luta, mas porque acompanhou a enxurrada das outras colônias, mais nada”.

Sobre esta questão, Manuel Pinto da Costa afirmou, em 1975, com São Tomé e Príncipe independente, no jornal *Revolução*:

É certo que não conhecemos a luta armada, mas o nosso povo não lutou menos do que os outros povos para conquistar a sua independência. Aliás, a luta armada não é a única forma de luta. Ela é a forma mais avançada e só é desencadeada lá onde as condições o permitirem. Não podendo fazer a luta armada, fizemos a luta política contra o colonialismo português. No entanto, alguns pretendem, e é pena que essa opinião saia da boca de certos compatriotas nossos, que o povo de S. Tomé e Príncipe não lutou, que a independência lhe foi oferecida numa bandeja de prata.⁹

⁸ LABAN, Michel. São Tomé e Príncipe: encontro com escritores. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

⁹ JORNAL REVOLUÇÃO, Ano I, Nº 3, 1975, p. 6.

No campo internacional, o CLSTP procurou constituir relações com outras organizações anticoloniais e partidos africanos, com o desígnio de obter o apoio material e moral dos países africanos, dos países socialistas e das organizações democráticas. Devido à pequena dimensão do território e da população santomense, alguns líderes dos países africanos defendiam que a independência de São Tomé e Príncipe deveria ser tratada por outro país, como era o caso de Cabo Verde, representado pela Guiné Bissau. Esse era um dos motivos que os membros do CLSTP alegavam para não conseguirem grandes apoios internacionais, dentro e fora do Continente Africano.¹⁰

Em junho de 1972, num congresso em Malabo, na Guiné Equatorial, para definição da situação de São Tomé e Príncipe, foi criado o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. No congresso foi criado um Bureau Político, tendo a liderança de um secretário geral, para o qual foi eleito Manuel Pinto da Costa. Este não tinha feito parte do antigo grupo, pois encontrava-se na República Democrática Alemã (RDA) a terminar o curso de Economia. Foi uma escolha quase unânime para o cargo.¹¹

Após o surgimento do MLSTP, os nacionalistas entraram em contato com a Organização de Unidade Africana (OUA) para informar as transformações ocorridas no seio da organização e a transformação do Comitê em Movimento. O reconhecimento da OUA só chegou em 1973¹². O MLSTP foi considerado como a única liderança de São Tomé e Príncipe, retomando as ligações e a busca por apoio para o Movimento, tanto dos países africanos, como dos países socialistas fora do Continente Africano.¹³

Continuou a não ocorrer nenhuma atividade diferente das que já eram realizadas pelo CLSTP até 1974. Augusto Nascimento afirma que mesmo com a divulgação e as relações internacionais, o grupo continuou sem conseguir o reconhecimento do povo santomense, ficando o seu conhecimento restrito a uma pequena elite nativa, na sua maioria parentes dos nacionalistas exilados. Sobre tal Nascimento faz a seguinte afirmação:

Noutros termos, tal como a 24 de abril, a maioria da população se sentia portuguesa, de imediato ela passou sentir a “opressão colonialista” como absolutamente intocável, como se lhe ditou através da importação da luta.

¹⁰ GRAÇA, Carlos. Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011.

¹¹ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Lisboa, Edições Colibri, 2008.

¹² ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, 1997.

¹³ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 19.

Embora aparentemente paradoxal, está poderá ser uma descrição ajustada da realidade”.¹⁴

As guerras anticoloniais intensificaram a instabilidade política, social e econômica em Portugal. Mesmo enfraquecido, o governo português tentou manter o domínio sobre os territórios africanos, referindo que não existia Portugal sem os territórios além mar. A continuação da guerra provocou uma insatisfação com o regime em grande parte da população, em particular entre os militares. A primeira tentativa de revolta, a 16 de março de 1974, fracassou, mas no dia 25 de abril de 1974 os militares derrubaram o poder vigente no país, acabando com anos de ditadura.¹⁵

Após o derrube da ditadura, a ideia de independência dos territórios africanos tornou-se mais concreta. O MLSTP começou a preparação para as negociações com o governo provisório português. No pós-abril de 1974, os nacionalistas do MLSTP decidiram que não entrariam no país até que se restabelecesse em Portugal a estabilidade política e a discussão sobre a independência pudesse ser feita.¹⁶

Carente de uma concepção política revolucionária forte, o projeto independentista que surgiu em São Tomé e Príncipe nos anos 1960 baseou o seu esboço de nação nas questões raciais: eram os colonos brancos versus os africanos nativos. Por mais que as questões raciais fossem latentes nas ilhas esse debate não se aprofundou nas diferenças sociais que existiam para além das diferenças raciais, como a distância que existia entre os forros e os serviços.¹⁷

Nesse cenário dois novos grupos surgiram, a Frente Popular Livre (FPL), em maio de 1974, e Associação Cívica (AC), que era cria do MLSTP. A FPL defendia um alinhamento com Portugal no pós-independência, enquanto a AC tinha como função iniciar a implantação e aceitação do MLSTP no território santomense, movimentando a população para pressionar uma negociação por parte de Portugal.

A Cívica organizou greves e protestos políticos, conseguindo a participação da maioria da população. Os trabalhadores das roças, obras públicas e alfândega fizeram várias greves; os estudantes apresentaram um caderno “reivindicativo”, tudo visando o acelerar das negociações entre o comando português e o MLSTP. Mesmo sob pressão,

¹⁴ NASCIMENTO, Augusto. A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe. In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa. Lisboa, Editora: Veja, 2016. p. 181.

¹⁵ GUERRA, João Paulo. Memória das Guerras Coloniais. Porto, Editora: Afrontamento, 1994.

¹⁶ NASCIMENTO, Augusto. Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe. Lisboa, Editora: Prefácio, 2008.

¹⁷ NASCIMENTO, Augusto. A construção de São Tomé e Príncipe: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico”. In Silva, Teresa Cruz, Coelho, João Paulo Borges e Souto, Amélia Neves de (orgs.) Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: Codesria, 2011.

Portugal ainda não tinha procurado o MLSTP para conversações. O governo português alegava que não havia um só representante ilhas, referindo a existência da Frente Popular Livre.¹⁸

A FLP foi pensada por um português, Ferreira da Silva, que junto com os santomenses que compunham o grupo tinha ideias federalistas. Como o governo português continuava a afirmar que não considerava o MLSTP o único representante de São Tomé e Príncipe, a Cívica passou a realizar “agressivos ataques” à Frente, que aos poucos foi enfraquecendo e, em agosto de 1974, no Encontro dos dirigentes do MLSTP, passou a integrar o Movimento.

Em setembro de 1974, representantes portugueses abordaram os líderes do MLSTP, em Libreville, iniciando conversações para discutir os termos em que se dariam a independência das ilhas. Os encontros para acertar os pormenores ocorreram até outubro de 1974, ficando decidido um encontro em novembro para a assinatura do acordo. Foi realizado na Argélia e ficou conhecido como o acordo de Argel.¹⁹

O encontro aconteceu entre 23 a 26 de novembro. A delegação portuguesa era composta por Almeida Santos, ministro da Coordenação Inter territorial, Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Maria Moreira de Azevedo, secretário-adjunto do governo de S. Tomé e Príncipe e Armando Marques Ramos. A delegação do MLSTP era composta por Miguel Trovoada, encarregado das Relações Exteriores, José Fret, secretariado executivo, Gastão Torres e Pedro Umbelina, membros do Bureau Político do MLSTP. Entre as deliberações do acordo, ficou decidido que o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe era o único e verdadeiro representante do povo santomense. Também se decidiu qual seria a composição do governo transitório e o calendário do processo de descolonização.²⁰

O dia 12 de julho de 1975 foi data acordada para a independência de São Tomé e Príncipe. Além da data da cerimónia de independência, acordou-se a data em que o Governo Transitório realizaria a eleição de uma assembleia representativa do povo de São Tomé e Príncipe: 7 de julho de 1975. A assembleia seria responsável por declarar a

¹⁸ GRAÇA, Carlos. Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. p. 71.

¹⁹ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997.

²⁰ Protocolo de acordo entre o governo português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, 1974. Disponível em : <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11010.079>. Acesso: junho/2018.

independência das ilhas. Até lá, o governo de transição detinha o poder legislativo e podia agir através de decretos-leis.²¹

A 7 de julho de 1975 deu-se a eleição para a Assembleia Constituinte, como previsto no acordo de Argel. O MLSTP garantiu os 16 lugares disponíveis. No dia 12 de julho 1975 teve lugar a cerimónia de independência. Segundo a historiadora Marina Berthet²², realizando a luta pela independência no exílio e sem movimentações internas até 1974, restou ao povo a participação na cerimónia da independência. Após o dia 12 de julho de 1975, teve início a presidência de Pinto da Costa, tendo como primeiro-ministro Miguel Trovoada.

No Continente Africano, o regime de partido único foi adotado pela maioria das nações que ascenderam à independência. Pinto da Costa afirma que o desejo de conduzir o destino dos seus territórios com as próprias mãos, acreditando na igualdade, fraternidade e liberdade, fez com que os nacionalistas da época acreditassem que o melhor para suas terras era o regime de partido único. Refere que se devem considerar os motivos que estiveram na base desta decisão. O primeiro seria o apoio do bloco comunista à luta anticolonial; o segundo a opressão do regime ditatorial de Salazar; o terceiro, a exportação dos modelos socialistas; por último, a bipolarização da Guerra Fria e seus impactos no mundo.

Para Augusto Nascimento, o regime implantado no pós-independência de São Tomé “[...] traria a aniquilação das liberdades individuais [...]”.²³ O autor argumenta que a posição do MLSTP foi de truculência e arbitrariedade. Seibert afirma que, no início do regime, o povo apoiava o partido e o governo no novo projeto de nação.²⁴ Os nacionalistas africanos, na sua maioria, acreditavam que o partido único era necessário para não existir uma corrida desenfreada ao poder, mas que era um regime do povo e governado pelo povo.

Para Heitor Romana, o regime encontrou terreno favorável no continente africano devido a: construção de uma identidade e pertença nacional; alegação da transição do poder da mão dos usurpadores para os legítimos filhos da nação, fazendo assim o discurso do controle necessário na mão desses poucos; um plano de

²¹ Idem.

²² BERTHET, Marina. São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016.

²³ NASCIMENTO, Augusto. «A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe». In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa, Editora: Veja, 2016.

²⁴ SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Editora: Veja, 2002.

homogeneidade entre os povos.²⁵ É essa linha ideológica que Carlos Graça afirma que começou a destruir as relações dentro do MSLTP, culminando mais tarde nas perseguições políticas, conflitos e exílio de membros do governo.

A construção de um país: Primeira República Santomense

“Eis chegado o dia 12 de julho, a data mais gloriosa da história da nossa luta, dia em que o povo de S. Tomé e Príncipe se liberta definitivamente da noite sombria da opressão e da exploração colonial”.²⁶ Estas foram as primeiras palavras de Manuel Pinto da Costa, presidente empossado na cerimônia de independência do novo país. Pinto da Costa exaltou a importância do apoio do povo e a perseverança em vencer o regime colonial português, que o momento histórico era dos santomenses e começava a construção de um país livre e igual para todos, sem a exploração do homem pelo homem.

Na altura da independência, São Tomé e Príncipe tinha 80.000 mil habitantes, as primeiras decisões do governo foram na construção dos símbolos nacionais e a história do país. A bandeira tinha as cores pan-africanistas (verde, vermelho e amarelo), o hino nacional “Independência Total”, que foi escrito por Alda Graça Espírito Santo, traz em uma estrofe a referência a falta de luta armada nas ilhas: “Guerrilheiro da guerra sem armas na mão, chama viva na alma do povo, congregando os filhos das ilhas em redor da Pátria Imortal. Independência total, total e completa [...]”. Houve também uma revisão da história, contestando as versões portuguesas e evidenciando outras vozes, como do grupo étnico angolares.²⁷

Para a definição dos feriados nacionais e datas festivas, o governo adotou datas das revoltas e motins do período colonial e os marcos da luta anticolonial. O dia 3 de fevereiro foi decretado o “Dia dos Mártires do Colonialismo” em homenagem aos homens e mulheres que participaram no Massacre de Batepá.²⁸ Em 1976, primeira comemoração desse feriado, Pinto da Costa declarou no seu discurso que esse dia seria também do trabalho voluntário, um dia para todo o povo trabalhar nas roças e

²⁵ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997.

²⁶ Discurso de Manuel Pinto da Costa, em 12 de julho de 1975. Documento analisado através do livro de SANTO, Carlos Espírito. O Nacionalismo Político São-Tomense. Volume 2. Lisboa, Edições Colibri, 2012, P. 1092-1108.

²⁷ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002, P. 133.

²⁸ Em 1980, o feriado mudou para o “Dia dos Heróis da Liberdade”. SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002, p. 134.

mostrar que não existiam diferenças entre eles. Sobre o dia do trabalho voluntário. As outras datas escolhidas foram o 6 de setembro, como o “Dia Nacional dos Heróis”²⁹; 26 de novembro, aniversário da assinatura do Acordo de Argel; 21 de dezembro, Dia de São Tomé e aniversário da “descoberta” da ilha; 25 de dezembro, “Dia da Família”.³⁰

Assim que a Assembleia Constituinte assumiu o poder, no dia 12 de julho de 1975, conferiu ao MLSTP poderes soberanos. O Movimento tentando criar um clima de unidade nacional estruturou-se de forma a que a sua presença fosse sentida em todo país. Com o “sistema de Comitês locais, o MLSTP estabeleceu células nas vilas, nas aldeias e roças”³¹. Inicialmente foi mantida a divisão administrativa da era colonial, mas em 1977 houve uma reorganização: São Tomé foi dividido em quatro distritos e o Príncipe em dois, estrutura que se alterou em 1980.

Foram criadas organizações para aproximar a população dos dirigentes e auxiliar na governação: Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe (OPSTEP); Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe (OMSTEP); Juventude do MLSTP (JMLSTP)³². No âmbito da segurança, os Caçadores 7, motivo dos tumultos entre a Cívica e o alto comissário Pires Veloso, tornou-se um núcleo das Forças Armadas Revolucionárias de São Tomé e Príncipe (FARSTP); a Polícia de Segurança Colonial tornou-se a Polícia de Segurança Popular e em 1979 o alistamento militar passou a ser obrigatório.³³

A 5 de novembro de 1975 foi aprovada a Constituição. A estrutura de poder ficou com a seguinte configuração: Assembleia Popular Nacional (APN)³⁴, cuja a principal função era “deliberar sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controlar a aplicação da linha política, económica, social e cultural definidas

²⁹ Em 1980, o feriado mudou para o “Dia das Forças Armadas”. Idem, p. 135.

³⁰ Os novos dirigentes de São Tomé e Príncipe resinificaram as datas religiosas por datas com marcos e valores políticos.

³¹ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades, 1997, p. 168.

³² SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 23.

³³ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002

³⁴ Artigo 19º, nº 1 da Constituição, a Assembleia Popular é o órgão Supremo do Estado e o mais alto Órgão Legislativo, dela emanando os poderes dos demais órgãos do Estado, e era constituída pelos seguintes membros (artigo 20º, nº 1): Os membros do Bureau Político do MLSTP; os membros do governo; 13 representantes dos Comitês de Zonas; 2 representantes da Organização das Mulheres; 2 representantes da Organização da Juventude; e 5 cidadãos idôneos. SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 23.

pelo MLSTP³⁵”; Comissão Permanente da Assembleia Popular, com 15 componentes e comandada pelo presidente da Assembleia Popular; o Chefe de Estado, eleito pela Assembleia para um mandato de quatro anos, sendo o Presidente do país e Chefe das Forças Armadas; o Governo, composto pelo presidente e ministros; a Justiça, que tinha na “mais alta instância o Tribunal Supremo, que dirige a autoridade dos Tribunais na base da Constituição [...]. Os membros do Tribunal Supremo [eram] nomeados pela Assembleia Popular, sob a proposta do MLSTP”.³⁶ O MLSTP seguiu a formação de um estado socialista, mesmo que negassem essa orientação ideológica.

O momento pós-independência é o que Pezart Correia³⁷ chama da última fase da descolonização, substituição do regime colonial pela independência e, assim, o nacionalismo fortemente alimentado durante a luta pela independência, precisava nesse novo momento de se consolidar na consciência do povo desse novo país.

Na economia, o novo país enfrentava alguns problemas e dilemas. Após a independência, o governo estatizou as roças, levando à partida abandono dos portugueses que ainda estavam em STP, pois não existiu qualquer compensação para os “donos das terras”. A 30 de setembro de 1975, num comício foi anunciada a nacionalização, aclamada pela população. O dia ficou conhecido como o Aniversário da Abertura da Nova Frente na Luta para independência Econômica, sendo feriado.³⁸

O desenvolvimento econômico de São Tomé dependia da exportação do café e do cacau. Porém, sem os trabalhadores de Angola, Moçambique e Cabo Verde, o MLSTP precisava de vencer a resistência dos forros em trabalhar nas roças. O governo veiculou que trabalhar nas roças era um ato revolucionário, necessário para que o país fosse realmente independente e que todos os santomenses eram importantes nessa construção.³⁹ Além disso aumentou os salários para tornar o trabalho mais atrativo. Porém, o esforço não resultou e a crise econômica veio demonstrar que o MSLTP tinha dificuldade em solucionar estes problemas.

Berthet argumenta que além da resistência dos forros em trabalho nas roças, os governantes não estavam familiarizados com a realidade do trabalho na terra,

³⁵ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas 1997, p. 164.

³⁶ Idem, p. 160

³⁷ CORREIA, Pezart. Descolonização de Angola: A joia da coroa do império português. Editorial Inquérito, Lisboa, 1991.

³⁸ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002.

³⁹ NASCIMENTO, Augusto. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra». Anuário Antropológico 40, 1: 133 – 163, 2014, p. 139-140.

resultando na falta de entrosamento entre o governo e os trabalhadores das roças nacionalizadas, tornando importante a criação dos comitês pelo MLSTP.

Procurou-se obter o apoio da população da cidade, referindo-se que a reforma agrária só seria possível com o apoio de todos. Assim, entre as atividades políticas do pós-independência, existiam as ações agrícolas que ocorriam nas roças, com a participação de funcionários governamentais, com o objetivo de os aproximar das atividades agrícolas.

Em 1978, as roças foram reformadas, mas Berthet afirma que não ocorreram mudanças relativas à estrutura colonial, em discordância com Pinto da Costa que afirmou que a nacionalização das roças fora o último passo para a libertação do regime colonial. As roças tornaram-se empresas, ficando os altos cargos nas mãos dos membros do MLSTP. O problema era a falta de formação na área dos que ocupavam os altos cargos.⁴⁰

O governo criou um Fundo de Reconstrução Nacional para ajudar na sua reconstrução do país, mas o programa não teve grandes impacto na economia. Na educação, o governo encontrou outro obstáculo: o analfabetismo. Foram realizadas campanhas de alfabetização e fortalecimento dos liceus, alargando-se o número de estudantes enviados para concluir estudos no estrangeiro, para que existisse um conjunto de quadros especializados no país.⁴¹

Entre os membros do governo iniciou-se uma disputa pelo poder. Divergências políticas entre um grupo mais socialista e outro mais liberal⁴² despoletaram prisões arbitrárias, perseguições políticas, atos de tortura e a morte de um detido.

Os primeiros a irem para o exílio tinham sido os membros da Associação Cívica depois de divergências políticas e de serem expulsos do governo transitório. Posteriormente, o governo reprimiu os opositores ao regime, constituindo-se grupos de vigilância popular que deveriam denunciar os opositores ao MLSTP, tidos como nefastos para o país e seu povo.⁴³

As principais “vítimas” foram os que integravam o governo, ao lado de Pinto da Costa. Carlos Graça e Miguel Trovoada, fundadores do Comitê de Libertação, foram dois dos principais alvos. Carlos Graça conta que discordava da forma como era

⁴⁰ BERTHET, Marina. «São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência». Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016, p. 971.

⁴¹ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002, p. 141.

⁴² SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 81.

⁴³ JORNAL REVOLUÇÃO, nº 2, 1975, p. 2.

conduzida a política internacional. As suas críticas foram entendidas como conspiração e foi acusado de promover um golpe. Graça afirma que de fato não concordava com o regi-me e que tentou convencer Albertino Neto⁴⁴ a realizar um golpe de Estado, mas que viu o pedido negado. Prevendo a prisão a qualquer momento, exilou-se no Gabão em 1977, o que não impediu que fosse julgado à revelia e condenado a 24 anos de prisão por traição à pátria.

O autoexílio de Carlos Graça levou a que o governo falasse da existência de infiltrados estrangeiros que teriam o intuito de o derrubar. As relações com o Gabão foram cortadas, e os turistas daí provenientes – acusados por Daniel Daio, ministro da Defesa, de serem espões –, passaram a ter que ter visto para entrar no país. Seguidamente, foi cortada a ligação aérea com o Libreville e São Tomé e Príncipe passou a ter voos unicamente para Luanda.⁴⁵

Os anos seguintes do governo de Pinto da Costa foram marcados pela prisão arbitrária dos opositores do regime, dos suspeitos aos reais conspiradores, procurava-se afastar os que não eram desejados pelo MLSTP.⁴⁶

Em meados de 1977, foi preso o comerciante Manuel Gomes da Silva, juntamente com outros comerciantes. Foram acusados de planearem a morte do presidente. Depois de vários interrogatórios onde, segundo Carlos Espírito Santo, recorreu-se à violência e à tortura, foram condenados. Manuel Gomes viu os seus bens confiscados e ficou detido por quatro anos. Existiu então o primeiro e único preso político morto, Leren da Mata⁴⁷ que por ser um “homem religioso”, foi acusado pelos companheiros de cela de realizar feitiços, levando a que um guarda disparasse contra ele, em setembro de 1978. Quando anunciou a sua morte, a rádio nacional referiu que fora morto após uma rebelião na cadeia.⁴⁸ Nunca foi provado se os atos de que o grupo era acusado tinham realmente

⁴⁴ Santomense que “após ter sido funcionário da Curadoria Geral, foi incorporado no exército, Companhia de Caçadores de S. Tomé, a 29 de julho de 1956. Fez curso de sargentos milicianos em Nova Lisboa (Huambo), Escola de Quadros Militares (1958), o de Oficiais Superiores na Escola Interarmas general António Maceo e o de Altos Estudos Militares na Academia Militar General Máximo Gomes (Cuba). Promovido sucessivamente, atingiu o posto de 1º sargento, e a 12 de julho de 1974 liderou o grupo de militares nativos, quer da Companhia de Caçadores 7[...]. SANTO, Carlos Espírito. A Primeira República. Volume 1, 2015, p. 322.

⁴⁵ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002

⁴⁶ SANTO, Carlos. A Primeira República. Volume 1. Lisboa, Edições Colibri, 2015. p. 496.

⁴⁷ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002, p. 149.

⁴⁸ “Antes de ser assassinado, por diversas vezes Leren da Mata foi violentamente castigado, através de cavalo marinho por todo corpo. Os algozes pretendiam que ele assinasse um documento acusando Nelson Silva, um comerciante mestiço de São Tomé, de fazer parte do grupo dos revoltosos organizado para matar o Presidente da República. Embora afirmasse que nunca falara com Nelson Silva, e que nem

ocorrido⁴⁹. Com o auxílio político e militar de soviéticos e cubanos o governo endureceu a sua ação.

Em 1978, Albertino Neto, sua esposa e outros membros do Bureau do MLSTP foram detidos, acusados de serem representantes imperialistas e em São Tomé e Príncipe.⁵⁰ Neto, ex-comandante da Companhia Caçadores 7, no pós-independência tornou-se comandante das Forças Armadas Revolucionárias. Antes de ser preso, estava em Cuba, a participar num curso. Quando regressou foi impedido de assumir seu posto de comando no Exército. Numa entrevista a Carlos Espírito Santo, afirma que “o MLSTP, para tentar justificar perante o povo a razão do fracasso, foi apontando o dedo a algumas figuras. Eu fui dos primeiros a ser atingido, tendo sido preso já depois de regressar de Cuba, onde fui frequentar um curso para oficiais superiores”.⁵¹ Segundo Seibert, Neto foi interrogado durante o mês de junho por um agente local e dois agentes de Cuba. Ele, sua mulher e os outros membros eram acusados de instigarem a população contra o regi-me, criando células clandestinas. Em março de 1979 foram condenados pelo Tribunal presidido por Francisco Fortunato Pires.

Em fevereiro de 1978, Pinto da Costa, entrou em contato com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização da Unidade Africana (OUA) argumentando que tinham sido vistos navios na costa de STP com a intenção de invadir as ilhas, sendo insuficiente o número de homens para defender o território. Seibert afirma que o cenário em África favorecia os receios de Pinto da Costa e dos outros membros do governo, pois ocorriam vários golpes, tentativas de golpes e assassinatos de presidentes. Com o argumento de que a invasão estava iminente, o MLSTP conseguiu o envio de homens de Angola⁵² e da Guiné Bissau para compor as forças armadas, além de 140 técnicos cuba-nos, que foram também acusados de cumprirem funções militares.⁵³

Armindo Espírito Santo diz que Pinto da Costa, depois da prisão dos antigos membros do MLSTP, organizou uma “limpeza” no governo e no partido, com o objetivo de afastar os opositores e dar solidez ao regime socialista de partido único. O governo

sequer o conhecia, dominados pela fúria os guardas submetiam-se a fortes agressões físicas”. SANTO, Carlos Espírito. A Primeira República. Volume 1, 2015, p. 500.

⁴⁹ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002

⁵⁰ Idem, p. 150.

⁵¹ SANTO, Carlos Espírito. A Primeira República. Volume 1, 2015. p. 501.

⁵² Os homens que vieram de Angola para compor a segurança das ilhas ficaram em São Tomé e Príncipe até 1991. SEIBERT, São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016.

⁵³ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002, p. 151.

ficou mais fechado e o poder totalmente centrado em Pinto da Costa.⁵⁴ Seguidamente, Pinto da Costa afastou Trovoada do cargo de primeiro-ministro, nomeando-o ministro da Indústria, Comércio e Pesca, e afastou Frederico Sequeira do cargo de ministro da Saúde, onde substituíra Carlos Graça.

No final de 1979, São Tomé e Príncipe enfrentou uma revolta pela qual o MLSTP responsabilizou Trovoada. Foi acusado de traição, inimigo do povo e de compactuar com o imperialismo. Foi julgado pelo o Bureau Político do partido como traidor, expulso do MLSTP e mantido preso. No exterior ocorreram várias campanhas contra a prisão de Trovoada. O PCP tentou enviar advogado defesa, que não foi aceito pelo Presidente Pinto da Costa. Em 1981, depois dos intensos protestos internacionais, foi libertado e exilou-se em Paris.⁵⁵

No ano final da década de 1970, a insatisfação popular era visível. Sem mudanças econômicas e sociais, a ilha tinha falta de alimentos e de condições financeiras para sustentar o consumo, o que se refletiu na estrutura comercial interna. Em 1979 o governo realizou o censo nas ilhas, o que suscitou uma revolta contra o recenseamento que durou dois dias. A crise econômica e a falta de emprego para todos levou o regime a endurecer a sua ação. No final de 1979 foi o início da crise.

A produção agrícola era a principal atividade econômica de São Tomé e Príncipe no período colonial, através das roças de cacau e café, as ilhas se mantiveram entre os principais exportadores desses produtos no final do século XIX e início do XX. Quando a independência chegou o ramo econômico não mudou, e o novo regime manteve a estrutura das roças e sua importância econômica para São Tomé e Príncipe.⁵⁶

A nacionalização das roças em 1975 foi o primeiro passo, segundo o governo, para a Reforma Agrária no país. Com a ideologia socialista, o regime decidiu centralizar administração das roças e assim tentar fortalecer a economia santomense.⁵⁷ Segundo Santo, após apropriação das terras o MLSTP acreditava que poderia organizar a agricultura e assim desenvolver o país financeiramente. O autor ainda afirma que o governo ficou com 92% da administração das roças, o restante ficou com iniciativa privada.

⁵⁴ SEIBERT, Gerhard. «São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony». Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016 p. 993.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Edições Colibri, Lisboa, 2008, p. 27

⁵⁷ Decreto-Lei publicado no Diário da República, nº 33, de 31 de outubro de 1975, apud, SANTO, Carlos Espírito. A Primeira República. Volume 1, 2015, p. 482.

Contudo, os dirigentes do MLSTP sabiam que mesmo com estatização das terras era preciso um programa de conscientização da população para o trabalho nas roças. Nos comícios e discursos era sempre feito uma súplica aos trabalhadores e a população geral, afirmando que a reforma agrária só seria consumada se todos se unissem no seu desenvolvimento. Os comitês faziam uma mobilização política mostrando que todos eram responsáveis pelo crescimento de São Tomé e Príncipe e para isso era preciso trabalhar.⁵⁸

Seibert argumenta que mesmo com o declínio na produção e venda do cacau em São Tomé e Príncipe – comparado ao início do século XX, ainda no período colonial –, depois da independência esse era o principal bem econômico a disposição dos novos dirigentes. Para ele o problema foi a falta de material humano capacitado⁵⁹, mesmo com nacionalização das roças e o total controle do Estado, não ter pessoas qualificadas para administração das mesmas, anulou todo o esforço da Reforma Agrária. Santo diz que na ausência desses profissionais aptos, o regime contratou “enfermeiros, motoristas ou reles funcionários públicos afetos ao MLSTP, que rapidamente se converteram-se em diretores, supervisores ou chefes de serviços administrativos dessas roças”.⁶⁰

Além dos encarregados pela administração das roças não serem preparados para tal função, os trabalhadores também eram inábeis, sem conhecimento técnico sobre agricultura, e conduziu a produção de cacau nas ilhas para uma baixa produtividade. Além das dificuldades internas, as oscilações no preço do cacau ajudaram no processo da crise econômica do país. Pouca produção, o preço baixo do produto e salários pagos com atrasos, provocou um êxodo nas roças, as famílias começaram a seguiem para os centros urbanos na esperança de melhores condições.⁶¹

A produção cacauzeira baixou 2,4 milhares de toneladas de 1975 para 1977, uma rápida melhora começou no final de 1979, quando o governo aplicou um programa de

⁵⁸ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Edições Colibri, Lisboa, 2008, p. 35-36.

⁵⁹ Seibert faz uma comparação com Cabo Verde, que mesmo com as condições climáticas não favorecendo a agricultura, eles tinham profissionais capacitados, pois administração local colonial se preocupou em capacitar uma parcela da população que assumia cargos e posições administrativas no território. Já em São Tomé e Príncipe, toda administração estava na mão dos colonos, desde a administração pública a gestão das roças. Com a grande debanda dos portugueses das ilhas esses postos ficaram vagos e sem ninguém para explicar seu funcionamento. SEIBERT, Gerhard. «São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony». Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016 p. 991-992.

⁶⁰ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Edições Colibri, Lisboa, 2008, p. 38.

⁶¹ SEIBERT, Gerhard. São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016, p. 1001 / SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Edições Colibri, Lisboa, 2008. p. 39-40.

reabilitação financiado pelo Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD) e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico em África (BADEA). Essa alta passageira na economia só durou até 1980, quando os preços do cacau voltaram a cair novamente, e mesmo com entrada do capital financeiro não ocorreu transformações nas estruturas das roças, nenhuma melhora foi feita, Seibert diz que mesmo tendo a economia baseada na produção agrícola o investimento era mínimo nessa área.⁶²

As iniciativas do MLSTP de valorização das roças e seus trabalhadores findou na má gestão, na falta de investimento – tanto na capacitação dos seus funcionários, como no aperfeiçoamento da estrutura física –, e principalmente na corrupção⁶³ dos gestores, boa parte da verba ou era desviada, ou mal aplicada. Essa falta de estrutura e os preços baixos no mercado internacional aceleraram o declínio da economia, levando o país a uma grande crise na década de 1980.

Em agosto de 1979, ocorreu o primeiro censo de São Tomé e Príncipe independente, desse evento ocorreu um motim e a população se colocou contra o recenseamento. Com o endurecimento do regime, o clima de medo era evidente e junto com ele vinha uma rede de boatos, como as comunicações eram controladas pelo governo e a população pouco sabia o que realmente acontecia no interior da administração, várias teorias conspiratórias foram criadas.⁶⁴ Entre essas teorias, surgiu a que levou a ilha de São Tomé⁶⁵ a dois dias de tumultos contra o recenseamento do governo.

Seibert argumenta que a revolta ocorreu pelo medo da população do recenseamento ser uma forma de recrutamento para o trabalho forçado, como ocorreu no período colonial, ainda alega que a escassez de produtos básicos para o consumo e a crise econômica nutriu o descontentamento com o governo. Nascimento discorda da justificativa do “medo do trabalho forçado”, ele advoga que a população já estava insatisfeita com o regime, que só ia aumentando a repressão policial e controle político. Ele ainda defende que a versão do “trabalho forçado” foi planejada pela cúpula do

⁶² SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Editora: Veja, Lisboa, 2002, p. 170.

⁶³ Além da má gestão o sector do cacau estava a ser prejudicado também por irregularidades financeiras geradas pelo pessoal responsável. Enquanto a infraestrutura das empresas era negligenciada, um ministro da Agricultura, um irmão do presidente, ordenou à ENCOR a construção do seu retiro privado no valor de 4 milhões de dobras. Embora apenas 10 por cento desta soma tenha sido facturada, a factura nunca foi liquidada. Foram fornecidos pelas empresas a diretores, banquetes completos para as suas festas de casamentos, que nunca foram pagos. *Ibidem*.

⁶⁴ SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Editora: Veja, Lisboa, 2002, p. 153.

⁶⁵ Na ilha de Príncipe não foi registrado nenhuma mobilização contrária ao recenseamento, ocorrendo de forma tranquila. *Ibidem*.

MLSTP próxima de Pinto da Costa, pois percebeu que a revolta evidenciou que o seu governo não tinha nada de igualitário.

Segundo Rafael Branco, a insurreição da população foi o marco para o declínio da gestão de Pinto da Costa e da contestação da sua legitimidade, que tornou evidente “o divórcio entre parte significativa da população e o partido único”.⁶⁶ Durante a manifestação vários bordões foram usados, como “unidos venceremos”, “Pinto não queremos”, “Censo não queremos”.⁶⁷ No dia 16 de agosto, os agentes foram atacados e proibidos de realizar o censo nas zonas da ilha de São Tomé, tendo o foco principal na zona de Trindade. No dia 18 de agosto, o aparato policial não permitiu que a manifestação chegasse perto do Palácio Presidencial, depois disso o governo desistiu do recenseamento. O número de presos chegou a 100 e existem relatos da realização de torturas nos interrogatórios.⁶⁸ Depois da revolta ter sido controlada o regime endureceu mais ainda e viu a oportunidade de acusar os membros de MLSTP, que Pinto da Costa considerava opositores a sua gestão, de serem os responsáveis pelo levante, Trovoada foi acusado de ser o líder.⁶⁹

Em síntese, o MLSTP que de julho de 1975, quando tinha prometido para população que construiriam um país igualitário e longe da opressão do antigo regime colonial, terminou 1979 com a população questionando a retidão do partido e duvidando da real intenção dos seus dirigentes. O plano econômico falhou e a gerência das roças se revelou como uma das maiores falhas do sistema do partido único. A crescente paranoia de Pinto da Costa, alegando perseguição e fazendo alusões a possíveis golpes foi destruindo a estrutura do MLSTP, restando no seu meio só a linha marxista, o que ficava evidente pela condução da administração pública nas ilhas. As tropas que chegavam em São Tomé e Príncipe, vindas de países aliados, como Angola e Cuba, com alegação de ser para proteger a ilha dos inimigos externos, começaram a ser usadas para defender o governo das revoltas populares.

A seca que iniciou nos últimos anos da década de 1970 e que se acentuou nos anos de 1983 e 1984, tornou a repulsa da população quanto a atuação política e econômica do MLSTP bem maior, dado que, a crise provocou os setores mais esclarecidos do povo, que em algum momento até simpatizou com o governo vigente, a questionar o regime e sua capacidade de continuar no comando do país.

⁶⁶ BRANCO, Rafael. Os caminhos da democracia: São Tomé e Príncipe. Amadora: [s.n.]. 1998., p. 20.

⁶⁷ SANTO, Carlos Espírito. A Primeira República. Volume 2. Edições Colibri, Lisboa, 2015. p. 93

⁶⁸ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002, p. 153.

⁶⁹ BRANCO, Rafael. Os caminhos da democracia: São Tomé e Príncipe. Amadora: [s.n.]. 1998., p. 20-21.

Em 1981 a ilha do Príncipe, que já estava sofrendo há tempos com o descaso do poder público e tinham várias crises, entre elas alimentícias, deu lugar a uma segunda revolta do pós-independência. Seibert argumenta que a revolta, ocorrida no final de dezembro, deu-se pela falta de comida e gêneros básicos para sobrevivência, Nascimento diz que a insubordinação adveio também da decepção e frustração com o regime do MLSTP, que não conseguia cumprir as transformações prometidas.

Nascimento acredita que a revolta não teve um grande impacto político, até porque o governo logo controlou o motim, mas em termos simbólicos representou a falência do regime e seus dirigentes. Por causa dessa revolta, Pinto da Costa afastou o Ministro de Defesa e Segurança Nacional, Daniel Daio, por não o ter alertado sobre o levante que ocorria na ilha do Príncipe.⁷⁰ Segundo Seibert, Daniel Daio, já tinha se tornado bastante forte no governo e ficado bem próximo de Pinto da Costa, por isso ele acredita que Daio tenha se transformado em alguém tão influente que o Presidente resolveu removê-lo do governo.

Seguindo-se nos anos, o MLSTP decidiu, em seu segundo Congresso, que se tornaria um partido de vanguarda, seguindo a linha marxista/operária. Por conta dessa decisão, alguns membros do Bureau Político abandonaram o partido e o regime, como o próprio Daniel Daio, Leonel Mário D´Alva e Evaristo Carvalho.⁷¹ Esses discordantes eram contrários a guinada completa para o socialismo soviético, divergiam sobre vários pontos, como aproximação extrema com a RDA e o fato de Pinto da Costa ter aceitado a instalação de uma estação soviética nas ilhas.⁷²

Depois da limpeza política organizada por Pinto da Costa, perseguindo, prendendo e exilando todos os seus opositores, o regime ficou composto por familiares, amigos e pessoas que não discordavam das atitudes e decisões do Presidente.⁷³ Seibert fala que o absolutismo de Pinto da Costa chegou a um tamanho absurdo, com ele sendo, “simultaneamente, chefe de Estado, líder do partido, chefe do Governo e comandante das Forças Armadas”.⁷⁴

À vista disso, até metade dos anos 80, introduziu-se a temporada extremamente ditatorial de Pinto da Costa, realçando a linha opressora por parte do Estado. O fechamento do regime conjuntamente consegue ser visto como resposta à reprovação

⁷⁰ SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo. Edições Colibri, Lisboa, 2008.

⁷¹ SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe. Editora: Veja, Lisboa, 2002. p. 157.

⁷² Idem, P. 158.

⁷³ Idem, p. 159.

⁷⁴ Ibidem.

popular da direção política do país. Em conformidade com Santo, a circunstância no interior do MSLTP e da sociedade santomense estava intolerável e fazendo com que, em 1984, o regime comece a pensar em possíveis mudanças.

Em consequência dos aspectos sociais, que eram gradualmente precários, a esperança de acesso ao um país diferente, como foi prometido no pós-independência pelos elementos do MLSTP, foi se esvaindo e a população não tinha mais confiança no discurso, já que Pinto da Costa insistia na narrativa do mal que o colonialismo causou. Por causa desse motivo que causou a dissociação de outros simpatizantes do Movimento, Carlos Espírito Santo vai afirmar que muitos tiveram uma mudança brusca, pois por um tempo acreditaram no discurso marxista do regime e depois passaram a levantar a bandeira da democracia.

Os habitantes das ilhas, mesmo com a repressão do regime, onde encontravam-se politicamente controlados, não deixaram de demonstrar disfarçadamente o desacordo e a decepção. Os eventos políticos promovidos pelo MLSTP já não tinham adesão, as datas comemorativas estavam cada vez mais esvaziadas e sem a essência, que era percebida nos anos iniciais.⁷⁵ Sem oposição interna, a contestação política vinha dos santomenses no exílio, como por exemplo Carlos Graça e Miguel Trovoada.

Conclusão

Com esses desacertos, no final da década de 1980 o MLSTP iniciou a transição política do país. Segundo Branco, a transição foi decorrência da ala contemporânea do MLSTP, contrariada com a direção do país pelo Presidente Pinto da Costa. Ele ainda argumenta de que a transição não foi uma imposição internacional, resultando, consideravelmente, do progresso do regime.

De acordo com Nascimento, as divergências internas e o desagrado da população, realmente, não foram responsáveis pelo processo de transição e que a linha renovadora provocou efeitos limitados. Para ele, a abertura aconteceu devido à realidade econômica do país, ou seja, a mudança foi implicação, não da contestação pública ou dos militantes, mas da pressão de agentes internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

A abertura política findou no referendo em 1990 e uma Nova Constituição Política, que foi escrita pelo português Jorge Miranda, após um convite de Pinto da Costa, Com a aprovação da Constituição e as eleições de 1991, São Tomé e Príncipe

⁷⁵ NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua. Tempo do Mundo 2, 3: 45 – 73, 2010.

iniciou uma nova fase no pós-independência, com a instalação do regime multipartidário e experimentando um governo com práticas ditas democrática. Esse período foi designado de II República.⁷⁶

⁷⁶ NASCIMENTO, Augusto. Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe. Editora: Prefácio, Lisboa, 2008.